**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR NESTOR BAPTISTA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.**PROCESSO Nº: **216125/17**INTERESSADO: **RENI CLOVIS DE SOUZA PEREIRA**ENTIDADE: **MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**

RENI CLÓVIS DE SOUZA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL** acima epigrafada, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de seu advogado que ao final subscreve, **FABIANO JACY SEBEN**, devidamente inscrito nos quadros da OAB/PR sob o número 71.784/PR, com endereço descrito no rodapé da página e os endereços eletrônicos / e-mails: *fabiano.seben@gmail.com* e *fabiano@seben.adv.br*, sediado na Avenida Pedro Basso, nº 786, Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, CEP: 85.863-756, onde recebe intimações físicas ou eletrônicas, requerer inicialmente a juntada do instrumento de mandato anexo.

Destarte, requer ainda a inclusão do nome procurador no sistema, para fins de recebimento de intimações sob pena de nulidade processual, nos termos do artigo 272 §2º, §4º e §5º do Código de Processo Civil¹, e sua habilitação para consulta processual, como medida de urgência.

¹ **Art. 272.** Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.

(...)

§ 2º Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.

(...)

§ 4º A grafia dos nomes dos advogados deve corresponder ao nome completo e ser a mesma que constar da procuração ou que estiver registrada na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 5º Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A juntada do AR no evento 35, AR do Ofício OCN - 470/2018 - DP - ocorreu em 19/02/2018, o que torna o presente pedido tempestivo, mesmo em confronto ao entendimento da a defesa, pois o AR não fora assinado pelo ex-prefeito, tampouco seu representante legal ou pessoa com poderes para o ato.

2. DO PEDIDO DILATÓRIO DE PRAZO

O ex-prefeito Reni Clóvis de Souza Pereira encontra-se impedido de adentrar aos prédios do Paço Municipal de Foz do Iguaçu e suas dependências. Também é impedido por ordem judicial de manter contato com qualquer servidor público (decisões anexas - doc. 03 e 04)

Tais fatos comprometem o aperfeiçoamento de sua defesa e ferem de morte os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa.

Desta forma, para que os contornos da defesa sejam traçados de forma legal e pertinente, requer-se de Vossa Excelência a **dilação de prazo processual para a resposta.**

Termos em que,
Pede Deferimento.

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2018.

(Assinado e datado eletronicamente)

Fabiano Jacy Seben
OAB/PR 71.784